

CORPO-MARGEM: A SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA DO EMARANHADO HUMANO E MAIS-QUE-HUMANO ÀS MARGENS DO CANAL SÃO GONÇALO

ISIS ALVES ARAÚJO¹; FRANCISCO LUIZ PEREIRA NETO²

¹Universidade Federal de Pelotas – isis.araujo@ufpel.edu.br

²Universidade Federal de Pelotas – francisco.neto@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As inundações que atingiram a cidade de Pelotas-RS em 2024 não configuram um desastre meramente natural, mas um evento político que expôs a violência histórica sofrida pelas margens do Canal São Gonçalo. Partindo desta premissa, esta pesquisa de iniciação científica, realizada na área da Antropologia, investiga como uma perturbação socioambiental aguda pode revelar a emergência de um sujeito político insurgente. A problematização central do estudo é: como emerge e atua politicamente o que aqui nomeamos de *Corpo-Margem* – um sujeito tecido a partir do emaranhado de seus coabitantes humanos e de uma densa trama mais-que-humana, que inclui as próprias águas, o chão de lama, os animais e as plantas?

A fundamentação teórica do trabalho se dá a partir de um gesto de *canibalismo teórico*, ao mobilizar um diálogo crítico entre a teoria da subjetivação do antropólogo Michel Agier e uma confluência de saberes do Sul Global. Pensadores como o líder Yanomami Davi Kopenawa e o filósofo quilombola Antônio Bispo dos Santos oferecem as bases para analisar a crise nas margens pelotenses como uma manifestação local de uma guerra de ontologias: o confronto entre um mundo *sintético*, que separa e explora, e um mundo *orgânico*, que compõe e se relaciona (SANTOS, 2015).

Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é cartografar, a partir de uma etnografia *sentipensante*, as diferentes formas de emergência política do *Corpo-Margem* em comunidades ribeirinhas de Pelotas. Busca-se, com isso, analisar as sabedorias e práticas de coexistência entre humanos e mais-que-humanos que se manifestaram com a ruptura socioecológica de 2024, contribuindo para uma crítica contracolonial do planejamento urbano e para o debate sobre o estatuto político de seres mais-que-humanos em um planeta em crise.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa é conduzida a partir de uma etnografia *sentipensante*, abordagem que recusa a observação neutra para se engajar em um processo de *sentipensar com o território* (ESCOBAR, 2014). A fundamentação metodológica parte do princípio de que o corpo da pesquisadora é um *corpo vibrátil* (ROLNIK, 2007), um instrumento sensível para perceber e registrar os rastros que a agência do Canal São Gonçalo e de seus coabitantes deixam na paisagem. A postura em campo é a de uma aprendiz, praticando as *artes da atenção* (TSING, 2015) para compreender as tramas de vida que persistem em paisagens danificadas.

Os procedimentos de pesquisa materializam esta abordagem através da prática do *caminhar-com*, compreendendo que *mover-se, conhecer e descrever*

são um mesmo e inseparável processo (INGOLD, 2015). A geração de dados se dá, primordialmente, ao acompanhar os trajetos que tecem a vida nas margens: caminhar com pescadores em seus barcos para aprender a ler os sinais das águas; percorrer com moradores as áreas de margem atentando para os seres que eles apontam, evitam ou cultivam. A este método principal, articulam-se outras práticas como a cartografia sensorial, que busca registrar o território como ele é vivido, e a análise documental de materiais como o Plano Diretor de Pelotas, investigando como a lógica institucional produz a margem como um "problema".

O trabalho de campo se desdobra em três comunidades ribeirinhas do Canal São Gonçalo. É fundamental destacar que uma fase exploratória inicial desta pesquisa já foi realizada na comunidade das Doquinhas, o que permitiu não apenas testar a metodologia sentipensante, mas também gerar os dados preliminares e as hipóteses que fundamentam os resultados parciais discutidos a seguir. A análise proposta, portanto, já se ancora em uma imersão prévia que confirmou a fecundidade do caminho metodológico aqui delineado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em sua fase inicial, conforme o cronograma proposto. Contudo, a articulação entre a fundamentação teórica e o trabalho de campo exploratório já realizado na comunidade das Doquinhas permitiu a construção de resultados parciais relevantes, tanto no plano conceitual quanto empírico.

O principal resultado conceitual obtido até o momento é a formulação da categoria analítica de *Corpo-Margem*. Este conceito emergiu como uma ferramenta teórica para nomear o sujeito político insurgente que se manifesta em eventos críticos, como a inundação de 2024. O *Corpo-Margem* é compreendido como uma trama viva e indissociável de relações (INGOLD, 2015), tecida por coabitantes humanos e por uma densa ecologia mais-que-humana de águas, terras, microrganismos, animais e plantas. A construção deste conceito é, em si, um resultado da fase inicial da pesquisa, que busca superar a dicotomia natureza/cultura para analisar a agência política em territórios socioambientais.

No plano empírico, os resultados preliminares foram gerados a partir da imersão exploratória na comunidade das Doquinhas. A etnografia sentipensante (ESCOBAR, 2014) revelou uma profunda interdependência entre os modos de vida dos moradores e a agência do Canal São Gonçalo, cujos "humores" e movimentos definem o ritmo da existência local. As narrativas coletadas evidenciam que a inundação não foi percebida apenas como uma perda material, mas como uma ruptura violenta nesta trama de relações multiespécies, afetando a pesca, os animais e a própria identidade ribeirinha. Um resultado concreto desta fase foi a elaboração de uma *contra-cartografia sensorial*, um mapa afetivo que registra o território como ele é vivido, em oposição direta aos mapas oficiais que o designam como área de risco.

Na discussão destes resultados parciais, argumenta-se que as evidências do campo exploratório validam a pertinência do conceito de *Corpo-Margem*. A forma como os moradores narram sua relação com o Canal e a insistência em permanecer no território, negociando com as águas em vez de abandoná-las, pode

ser interpretada como uma manifestação política deste corpo coletivo. Estes achados iniciais já permitem tensionar a teoria da subjetivação de Michel Agier (2012), cuja análise se centra na precariedade exclusivamente humana. A discussão aponta, portanto, para a fecundidade de uma abordagem que, a partir do Sul Global, provincializa o pensamento europeu para dar conta de subjetividades políticas que são, em sua essência, mais-que-humanas.

4. CONCLUSÕES

A principal inovação desta pesquisa de iniciação científica reside em sua contribuição conceitual e metodológica para os campos da ecologia política e da antropologia dos conflitos. Ao se debruçar sobre a crise socioambiental em Pelotas, o trabalho avança na formulação de um arcabouço analítico original para a compreensão de subjetividades políticas em territórios de margem.

A inovação teórica se materializa na proposição do conceito de *Corpo-Margem*. Esta categoria oferece uma alternativa às análises que, tradicionalmente, centram a agência política exclusivamente no humano. Ao definir o sujeito político como um emaranhado indissociável de seres, saberes e materialidades, a pesquisa abre um caminho para investigar a crise e a resistência de uma forma radicalmente mais-que-humana, contribuindo para os debates emergentes sobre os Direitos da Natureza e o estatuto político de outros seres.

A inovação ético-política, por sua vez, manifesta-se na própria prática de pesquisa. Ao invés de aplicar modelos teóricos do Norte Global a uma realidade do Sul, o trabalho propõe um gesto de *canibalismo teórico*, provincializando o pensamento europeu a partir da potência dos saberes de pensadores como Davi Kopenawa e Antônio Bispo dos Santos. Esta abordagem se configura como uma prática científica contracolonial, que afirma a teoria que emana das margens como um saber legítimo e potente.

Conclui-se, portanto, que esta pesquisa, mesmo em sua fase preliminar, não apenas lança luz sobre um conflito local, mas também colabora com a construção de novas ferramentas analíticas e posturas éticas, urgentes para uma antropologia que se pretenda relevante diante de um planeta em crise.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, M. "Pensar el sujeto, descentrar la antropología". **Cuadernos de Antropología Social**, N° 35, p. 9-27, 2012.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la Tierra: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu: Palavras de um Xama Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados**. Brasília: Editora UnB, 2015.

TSING, A. L. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins**. Princeton: Princeton University Press, 2015.